

A Sociedade Global e a Questão Ecológica

Maria Lucia Leonardi Libâneo

A sociedade mundial, ou global, é uma categoria em formação. Ela abrange uma grande variedade de sociedades contemporâneas, a leste e a oeste, pobres e ricas, centrais e periféricas, desenvolvidas e subdesenvolvidas, dependentes e agregadas. Apesar das diferenças existentes entre essas sociedades quanto a seus níveis sociais, econômicos, políticos e culturais, é possível nelas distinguir estruturas, relações e processos semelhantes.

E em todas elas estão em curso movimentos em direção à transnacionalização das instituições, sejam econômicas, políticas, sociais ou culturais. Também apresentam sinais, alguns mais visíveis, outros nem tanto, de uma ocidentalização do mundo, embora com suas recriações locais, regionais e nacionais que as diferenciam umas das outras. A desterritorialização e o conseqüente declínio das metrópoles são outros componentes importantes da sociedade mundial contemporânea. Por outro lado, a tentativa dos países do Primeiro Mundo de impor uma nova ordem mundial reflete o desejo desses países de impor uma sociedade civil mundial sob suas hegemonias. Outra característica é

que muitos de seus problemas, desafios e limites são comuns à toda a humanidade, como as catástrofes ecológicas, que devem ser enfrentadas globalmente. Outro importante componente da sociedade mundial é a formação de uma nova hegemonia cultural, em processo, denominada "cultura internacional-popular" por Renato Ortiz (1).

Este artigo analisa brevemente algumas dessas características que distinguem as sociedades contemporâneas, para, em seguida, refletir sobre a questão ecológica, que, a meu ver, exemplifica e retrata os limites, contradições e complexidade dessa sociedade global que se forja.

O avanço do capitalismo em âmbito mundial tem trazido alterações profundas para os Estados, sociedades, grupos, classes e indivíduos. O Estado de bem-estar social deixou de ser predominante, assim como a formação de economias nacionais fortes. Trata-se, agora, de adaptar as economias nacionais à economia mundial. O comércio nacional, regional e local passou a ser sobretudo mundial, com a produção de produtos globais também. Isto é, as economias nacionais foram crescentemente se interligando, nos países da África, Ásia, Europa ou Américas. O capitalismo irrompeu nos países do Leste europeu e alterou profundamente suas instituições econômicas, políticas, sociais. Mas esse

Maria Lucia Leonardi Libâneo - Historiadora. Mestre em Ciências Sociais. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp.
(1) ORTIZ, R. A *Cultura no Mundo Contemporâneo*. São Paulo, 1992, mimeo.

incrível movimento de homogeneização - inclusive com o fortalecimento dos regimes liberais democráticos - não tem sido capaz de eliminar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Ao contrário, grandes contingentes populacionais têm ficado à margem dos benefícios da globalização. As contradições, tensões e desigualdades continuaram, ou até se incrementaram, sob novas formas.

Nesse atual estágio do capitalismo em escala mundial houve o enfraquecimento dos Estados-nações, sejam eles dependentes ou dominantes. As grandes cidades e metrópoles debilitaram-se em poder e influência e perderam sua supremacia para outros centros decisórios dispersos em empresas, conglomerados e corporações transnacionais espalhados por países e continentes os mais diversos.

A metrópole paulistana não ficou imune a esse movimento. O Censo do IBGE de 1991 demonstrou que São Paulo está deixando de ser o espaço privilegiado da produção para se transformar numa cidade prestadora de serviços. Mas não é por isso que ela se debilitou como centro de poder e influência. A fase atual do capitalismo fortaleceu a concentração e centralização do capital em escala local, regional, nacional, continental e internacional. Esses movimentos do capital atingiram, com violência até, modos de ser, pensar, manifestar e produzir cultura. Mais do que nunca, parece que tudo que é sólido desmancha no ar.

Essa sociedade global, em formação, não anulou as formas regionais e nacionais das formações sociais. Em alguns casos até favoreceu seu crescimento, como indicam as lutas recentes pela libertação de grupos étnicos e religiosos na antiga Iugoslávia. O que ocorre é que outros traços começaram a predominar, a apresentar-se como constitutivos da sociedade global. Alguns têm sido desenvolvidos pelas empresas, corporações transnacionais e entidades multinacionais e, de uma certa forma, inspiraram os governos neoliberais contemporâneos.

O esvaziamento das metrópoles se explica nesse contexto de desterritorialização. Elas deixaram de ser o centro de decisões econômicas, políticas e estratégicas. Não apenas inexistiu um único centro de decisões - que se corporificava nas grandes cidades e metrópoles como São Paulo - como também a noção de centro alterou-se. É claro que São Paulo ainda aloja escritórios de empresas multinacionais e corporações transnacionais, de partidos políticos, órgãos administrativos e científicos, e todos eles interferem nas decisões econômico-financeiras, políticas, administrativas e outras. Mas existem outros espaços de decisão espalhados pelo mundo. O espaço da globalização é outro. Talvez fosse

mais correto falar-se em *rede* de espaços decisórios e não mais em *centros* decisórios. Por exemplo, uma corporação transnacional que tenha escritórios em Nova York, Milão, Tóquio, Pequim, Bombaim, São Paulo, Santiago e Cidade do México, onde estaria o centro de decisão? No computador central? Haveria uma única central de computação ou várias? E onde estaria o centro? Assim como as grandes cidades, o Estado-nação também enfraqueceu-se e parece cada vez mais impossível, neste final de século XX, a existência de um Estado nacional independente, soberano e autônomo, o qual foi substituído por novas formas de articulações e arranjos institucionais desenhadas e experimentadas por grandes corporações transnacionais e entidades multinacionais ou multilaterais.

Também a cultura se globalizou, assim como a economia e a política, embora de forma desigual entre os grupos e classes sociais. Como veremos posteriormente, globalização não significa homogeneização. O incremento de movimentos étnicos, regionais, religiosos e de outros regionalismos indica não um retorno a formas pretéritas, arqueológicas de formações sociais. Esses movimentos adquiriram novos significados nesse novo contexto de Estado-nação enfraquecido.

Assim como a sociedade global alterou profundamente as maneiras de viver, trabalhar, pensar e sentir das pessoas, grupos e classes, modificou também - embora sem extinguir - as formas de alienação e de emancipação de grupos, etnias, raças, etc.

Algumas das marcas dessa globalização do mundo são: a revolução informática e o poder que colocou nas mãos dos detentores dessas conquistas eletrônicas; a energia nuclear, que se transformou na mais poderosa arma de guerra; a formação do sistema financeiro mundial, ditada por países dominantes como os Estados Unidos, Japão, Alemanha e entidades como a Comunidade Econômica Européia, o Grupo dos Sete, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Outros componentes da sociedade global são: a centralização e concentração do capital; a grande influência e o montante de exigências que as empresas, corporações e conglomerados transnacionais exercem nas relações econômicas e políticas mundiais; a identificação da língua inglesa como língua universal, através da qual comunicam-se grupos, classes e indivíduos diversos, provenientes de nações dominantes ou periféricas em qualquer continente; e o predomínio mundial do neoliberalismo como ideologia e prática.

Essas características da globalização promoveram o desenraizamento de todas as coisas, o deslocamento de pessoas, centros, idéias, espaços e tempo num processo de desterritorialização generalizada. A própria

ciência, como veremos posteriormente, alterou-se profundamente nesse processo de formação da sociedade mundial.

Não nos iludamos, porém. A reprodução ampliada do capital também foi responsável pela reprodução das contradições, divergências, fragmentações e alienações. O mesmo processo de globalização que produziu a homogeneização produziu também a diferenciação. Foi seu componente antitético. Por isso dissemos que globalização não é homogeneização. Essa contradição é mais visível nas manifestações culturais. A indústria cultural já havia trazido à luz a proximidade entre cultura, economia e política. Agora, a formação de uma cultura internacional-popular voltada para o mercado internacional aguçou aquela relação, tornou-a mais transparente. É paradoxal, à primeira vista, que uma novela brasileira seja editada em outras línguas e disseminada em diferentes sociedades, etnias, contextos. Mas, na verdade, o que aproxima, interliga e nivela as manifestações culturais é o mercado. E este é mundial, não exige uniformidade ou homogeneidade. O mercado permite manifestações culturais diferentes, desde que essas manifestações utilizem símbolos e referências que são reconhecidos internacionalmente.

Algumas reflexões ainda devem ser feitas quanto à desterritorialização. Já vimos como as cidades, metrópoles, o próprio Estado-nação se enfraqueceram e dispersaram-se nas sociedades contemporâneas. Os movimentos e articulações do capital submeteram o Estado-nação, seja ele dependente, dominante, associado ou qualquer outra conceituação que se deseje usar. Tornou-se difícil identificar um núcleo central, seja no Estado, seja numa corporação transnacional, seja numa entidade multinacional. As fontes de decisão estão dispersas em vários territórios, países, continentes. Há uma formidável quantidade de grupos, subgrupos e microgrupos descentralizados que produzem para o mercado. E esse processo vale tanto para produtos industriais como culturais. As próprias ciências sociais, exatas e biológicas não estão imunes a esse movimento de desterritorialização.

Como afirma Octavio Ianni: "A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social em alguma medida são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, processos e estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e

contraditórias" (2). Esse processo mundial de desterritorialização tem a ver com as exigências da razão instrumental. Afetou as concepções de espaço, tempo, lealdade a grupos, valores e teorias. Daí a importância que assumiram os estudos comparados, as análises do cotidiano, do fragmentário, "micro". E a grande desconfiança em relação ao estudo de totalidades, então chamadas de totalitárias.

A desterritorialização que acompanha a transnacionalização não é só econômica, mas também social, cultural e política. Ela acentuou o sentimento de solidão dos indivíduos, grupos, classes, famílias e outros segmentos sociais, embora a solidão possa se mascarar sob a ilusão otimista de que a emergência da sociedade global abre perspectivas novas e criativas para as pessoas pensarem, trabalharem, imaginarem, viverem. Isso ocorre, sem dúvida. Mas seu contraponto também é verdadeiro, uma vez que a internacionalização da mídia impõe padrões, valores, sentimentos, deixando pouco espaço para criações individuais e para a autoconsciência.

Se a interdependência entre nações, povos, grupos e indivíduos é característica marcante da sociedade mundial, nem todos os parceiros que se articulam possuem peso igual no jogo das relações internacionais. Há parceiros poderosos e há parceiros associados ou dependentes. A expressão "nova ordem internacional", muito em uso nas discussões sobre a questão ecológica, indica, na essência, um lema ambicioso do neoliberalismo norte-americano, em especial. Expressa o desejo e a arrogância de alguns governantes em generalizar seus interesses e ideais entre os muitos parceiros, acomodar divergências e tensões internacionais visando conduzir o planeta ao destino que lhes convém.

A questão ecológica

A questão ecológica, ora em moda, não é nova. Liga-se ao surgimento da ciência moderna, na busca de compreender as relações entre homem e natureza. Através do diálogo experimental - que se traduz pelas operações de compreensão e de modificação - os cientistas modernos fizeram mais do que observar fielmente os fatos do mundo natural. Tentaram descobrir as conexões empíricas entre fenômenos, que exigiam uma integração da teoria com a manipulação prática. Karl Popper afirmou que a ciência racional deve sua existência a seu êxito. Esse êxito produziu uma transformação profunda em nossas relações com a natureza, chamada de "revolução científica".

(2) IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

A ciência moderna mudou a concepção que o homem tinha da natureza. Esta, por sua vez, também descobriu-se através do desenvolvimento da ciência. O homem do século XVIII não conseguia comunicar-se com a natureza, concebida pela ciência como morta e passiva. A ciência moderna, que surgiu no contexto do desenvolvimento do capitalismo e das conquistas burguesas, começou por negar as visões antigas que os homens tinham da natureza e rejeitou também a legitimidade das questões postas por eles sobre sua relação com a natureza. A ciência moderna constituiu-se como produto de uma cultura contra, inclusive, certas concepções dominantes, como o aristotelismo, a magia e a alquimia. Buscava as leis universais, simples e imutáveis que regiam os fenômenos naturais e, nesse sentido, negava a complexidade da natureza.

Como afirmam Prigogine e Stengers (3), a idéia de uma natureza autônoma cujo comportamento teria por chave leis acessíveis ao homem através dos meios finitos da mecânica racional suscitou, ao mesmo tempo, entusiasmo e rejeição. A ciência, hoje, não é mais a clássica. As ciências da natureza atualmente têm por objeto um universo fragmentado e pleno de diversidades, em que o diálogo racional busca arduamente explorar uma natureza cada vez mais complexa e múltipla.

A chamada metamorfose da ciência pretende estudar na natureza não só aquilo que permanece, mas também o que se transforma. E o conceito de natureza passou a incluir os seres humanos também, que são mais que isso, seres sociais por essência. A biologia molecular, para só citar um exemplo, trouxe uma contribuição fundamental à descoberta da relação homem/natureza, demonstrando a universalidade do código genético.

O conhecimento da natureza e o surgimento da ciência racional e da ciência clássica são frutos do desenvolvimento do capitalismo. E hoje, na sociedade mundial, com seu movimento de transnacionalização econômica, social, política e cultural, o que a ciência tem produzido? As revoluções na informática, nas telecomunicações, na biologia e engenharia genéticas e em outros campos especializados do conhecimento científico são alguns exemplos mais visíveis. Mas há movimentos em outras direções. Desde os anos 20 deste século, na Alemanha, em cujo contexto formulou-se a mecânica quântica, ocorreram movimentos em direção à anticiência. Diante de uma ciência oficial que

formulou conceitos como causalidade, legalidade, determinismo, mecanicismo, racionalidade, começaram a aparecer temas bastante estranhos à ciência clássica: a vida, o destino, a liberdade, a espontaneidade.

Ao mesmo tempo, um dos pressupostos mais caros à ciência clássica caiu por terra: aquele que considerava possível estudar a natureza num simples microscópio, explicada por leis matemáticas. Hoje, um número cada vez maior de cientistas tomou consciência do papel ideológico que a ciência tem desempenhado e a necessidade de se ultrapassarem as aparências dos fenômenos. Mais que isso, percebeu-se que os problemas que desafiam a cultura influem no conteúdo e no desenvolvimento das teorias científicas. Essa perspectiva do trabalho científico é nova, mas tem se firmado entre vários campos científicos. A física, em especial, caminha a passos largos nessa direção e, no futuro, poderá retomar o que a física clássica negava em nome da reversibilidade dos comportamentos elementares: as noções de estrutura, função e história.

A renovação conceptual e técnica da física no século XX descobriu a relatividade e a mecânica quântica. Mas isso só foi possível após a física assumir como objeto de conhecimento o oposto da física clássica, ou seja, que a irreversibilidade é também fonte de ordem, criadora de organização.

Portanto, pode-se falar que há uma nova aliança em reconstrução entre natureza e cultura. A ciência, que tem por objeto o estudo da natureza, constrói, inventa e altera-se no interior de movimentos culturais das sociedades, grupos, classes, indivíduos. E nesse processo a natureza encontra o homem. Erwin Schrodinger, filósofo da ciência, assim expressou esse movimento: "Existe uma tendência para esquecer que o conjunto da ciência está ligado à cultura humana em geral, e que as descobertas científicas, mesmo as que num dado momento parecem as mais avançadas, esotéricas e difíceis de compreender, são despidas de significação fora do seu contexto cultural. Uma ciência teórica que não seja consciente de que os conceitos que têm por pertinentes e importantes são, afinal, destinados a ser expressos em conceitos e palavras com um sentido para a comunidade culta e a se inscrever numa imagem geral do mundo, uma ciência teórica onde isso fosse esquecido e onde os iniciados continuassem a resmungar para um pequeno grupo de parceiros, ficará necessariamente divorciada do resto da humanidade cultural (...) estará voltada à atrofia e à ossificação" (4).

Retomando o percurso das idéias e reflexões colocadas até aqui, vemos que a sociedade mundial em formação neste final de século XX está indicando a presença de certos traços característicos nas mais

(3) PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. *A Nova Aliança*. Brasília, Ed. UNB, 1991.

(4) Apud idem, *ibidem*.

variadas sociedades nacionais, apesar das grandes diversidades locais, regionais e nacionais.

Algumas dessas características são: transnacionalização, desterritorialização, unificação da língua, ocidentalização do mundo, declínio das metrópoles, revolução na informática e nas telecomunicações, etc. A questão ambiental, também chamada de questão ecológica, é um traço componente dessa sociedade global. É uma problemática comum a todas elas, embora as formas de conceituá-la e tratá-la sejam bastante diferentes.

A meu ver, a questão ecológica deve ser equacionada com a colaboração de vários componentes. Ela não se define por conta própria, precisa do concurso de outros elementos. A reflexão entre natureza e cultura, feita há pouco, tão antiga quanto as ciências sociais, é um desses elementos que clareiam a compreensão da questão ecológica. Esse tema relaciona-se, por outro lado, com a ciência moderna, com os desafios que ela tem enfrentado e as respostas que tem buscado no decorrer da história.

Outro componente importante para se definir a questão ecológica hoje é a participação da sociedade civil internacional. Considerando que a formação da sociedade civil mundial é uma das características da sociedade global, como afirma Octavio Ianni, ela tem aparecido com bastante nitidez ao se abordar a questão ecológica.

O Encontro Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, promovido pela Organização das Nações Unidas, trouxe para a cena política um parceiro poderoso e irreverente com que nem os governos nacionais, nem a ONU esperavam se defrontar: os movimentos da sociedade civil, denominados indistintamente Organizações Não-Governamentais (ONGs). O Fórum Global das ONGs, alocado na praia do Flamengo, roubou a cena no encontro realizado pela ONU. Mais que isso, mostrou que o movimento ecológico mudou, amadureceu, deixou de ser propriedade de alguns grupos sociais minoritários ou alternativos, para se transformar num grande tema de debate mundial entre indivíduos, grupos, raças, etnias, nações. A questão ecológica, como foi então colocada pelas ONGs, mostrou que é possível trabalhar com as diferenças, sejam de raças, religiões, concepções políticas ou diferenças culturais. E que, se a problemática ecológica é propriedade de alguém, certamente não é dos governos.

Embora tenha sido um evento importante sobre todos os pontos de vista, o Fórum Global retratou também a complexidade, fragilidade, contradições e até paradoxos que estão colados nessa questão ecológica.

Essa análise crítica e global dos movimentos será desenvolvida na última parte deste texto.

Serão feitas agora considerações sobre alguns tratados internacionais assinados pelas ONGs naquele evento, visando aprofundar um pouco mais a discussão da questão ecológica.

O número de ONGs participantes no Fórum Global passou de 2.000. Muitos tratados foram assinados pela maioria delas após exaustivas discussões travadas da forma mais democrática, com a participação de grupos radicalmente diferentes, oriundos de países os mais diversos, tendo apenas uma preocupação comum: a melhoria do meio ambiente, a sobrevivência do planeta e das pessoas que nele habitam.

Outro avanço alcançado no Fórum Global foi a politização da questão ambiental, isto é, o homem e seus problemas econômicos, políticos, sociais e culturais foram incluídos no cerne da discussão. As universidades, que até hoje mantêm em seus cursos de Biologia, Ecologia, Agronomia e áreas afins currículos bastante tradicionais, alguns até "arqueológicos", devem rapidamente transformar seus objetivos, currículos e metodologia sob o risco de ficarem totalmente distanciadas do contexto mundial contemporâneo. Como é sabido, em muitos desses cursos os temas principais de estudo são a flora e a fauna de determinado espaço geográfico. O homem não é objeto de estudo, com raras exceções. A sociedade, então, definitivamente não tem nada a ver com os currículos desses cursos.

O Fórum Global assumiu posição totalmente contrária a essa linha: meio ambiente, para as ONGs, compreende tanto o meio natural quanto o meio social e historicamente construído. Os tratados que veremos agora denotam essa mudança de posição das ONGs.

As ONGs assinaram os seguintes tratados: de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; de Agricultura Sustentável; de Água Doce; de Cooperação e Compartilhamento de Recursos entre ONGs; sobre Cerrados; dos Modelos Econômicos Alternativos; sobre Pesca; dos Povos da América; sobre Resíduos; sobre Energia; Tratado Alternativo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável; em Defesa e Proteção das Crianças e Adolescentes; sobre Militarismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento; entre os Povos Indígenas e as ONGs; sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento; contra o Racismo; sobre o Consumo e o Estilo de Vida; sobre a Questão Urbana; da Questão Nuclear; Tratado Base do Rio sobre as Decisões Globais das ONGs.

Ainda foram assinados outros documentos: Pacto da Terra; Compromisso Ético das ONGs para uma

Atitude e Conduta Ecológica Global; Compromisso de Cidadãos com relação à Biodiversidade.

O Tratado Base que norteou as decisões tomadas pelas ONGs identificou os parceiros da luta ambientalista: "Nós, os assinantes deste Tratado, organizações do povo, grupos de desenvolvimento e do meio ambiente, mulheres, movimentos espirituais e da juventude, povos indígenas, grupos sociais, isto é, organizações espontâneas, privadas, sem fins lucrativos, independentes dos interesses das autoridades públicas e dos interesses econômicos, participando ou servindo a movimentos sociais aqui chamados de organizações não-governamentais (ONGs), nos comprometemos a trabalhar juntos(...) nos dedicaremos a melhorar nossa cooperação política e democrática e nossa capacidade de negociação e orientação através do processo solidário, de coleta de informações, diálogo e de intercâmbio de tecnologia e ações".

Um dos objetivos norteadores de todas as decisões foi também explicitado no mesmo tratado: "Procurar transferir poder para os povos oprimidos, especialmente aqueles que são marginalizados, social e ecologicamente". No plano da ação, as prioridades foram as seguintes: "Revisão das cartas e instituições das Nações Unidas e da Declaração dos Direitos Humanos; democratização das estruturas de tomada de decisões nas instituições internacionais que outorgam empréstimos; expansão de instituições e leis participativas nos níveis locais, nacionais e globais; participação das ONGs e das comunidades locais na criação de programas e projetos visando obter financiamento de nível internacional; desenvolvimento de avaliação de impacto no meio ambiente; implementação do princípio de prevenção de catástrofes ecológicas; reconhecimento do direito legal das ONGs em encaminhar para o Tribunal de Justiça ações que infringiram leis, tratados e convenções internacionais; criação de um Tribunal Regional de Justiça para o Meio Ambiente".

A unidade básica das decisões tomadas pelas ONGs é o nível local, enfatizou o Tratado, lembrando que as relações entre as entidades devem ser buscadas tanto verticalmente, isto é, do nível local ao nacional, regional, biorregional e global, como também horizontalmente. O objetivo principal de qualquer tomada de decisões na área ambiental é "beneficiar as comunidades locais".

No Tratado de Cooperação e Compartilhamento de Recursos entre ONGs, a identificação dos parceiros e as condições de intercâmbio foram assim colocadas: "Os membros da comunidade das ONGs que não estão ligados a interesses comerciais ou têm filiação partidária, comprometidos com uma visão comum para um

planeta ecologicamente sustentável e com uma existência humana dignificada, concordam que as ONGs que se comprometem a compartilhar conhecimento, capacitação técnica, experiências e recursos, devem assegurar-se de que essa troca seja transparente, monitorável e colocada à disposição do maior público possível". E também: "As ONGs que participam deste processo de intercâmbio, principalmente a nível internacional, devem reconhecer e respeitar as circunstâncias culturais e sócio-econômicas de seus parceiros e comprometer-se a superar obstáculos para que se possa realizar um intercâmbio efetivo (...) superando barreiras culturais e de comunicação".

O movimento ecológico geralmente enfatiza a necessidade radical de alteração do estilo de vida e ética na sociedade contemporânea. No tratado denominado Compromisso Ético das ONGs para uma Atitude e Conduta Ecológica Global, a atitude ética foi assim definida: "Diante do grito da natureza, como de milhares de crianças que morrem de fome diariamente, de milhares de animais, plantas, peixes e aves cruelmente tratados e de florestas e povos exterminados em escala assustadora, a atual atitude daqueles que defendem o domínio técnico sobre a natureza tem sido de irresponsabilidade e de arbitrariedade. Vivemos sob a hegemonia de um modelo de desenvolvimento baseado em relações econômicas que privilegiam o mercado e usam a natureza e os seres humanos como recursos e fontes de renda". E mais, "As ONGs não aceitam um conceito de desenvolvimento sustentável que seja usado simplesmente para produzir tecnologias limpas, enquanto se mantém o mesmo modelo de relações sociais injusto e excludente para a maioria das populações do planeta (...) buscamos superar uma ética dualista que aliena o ser humano da natureza, entendemos o ser humano como parte pensante da mesma".

O respeito às diferenças foi reafirmado como um dos princípios norteadores de uma conduta ecológica global. Declarou o mesmo tratado: "Partimos do princípio da unidade na diversidade onde cada ser individual é parte do todo e esse todo está representado em cada uma de suas partes. Entendemos que existe uma inter-relação entre todo o existente". E ainda: "... É fundamental o resgate do valor essencial e incondicional da vida. Para garantir isto, devemos cultivar a honestidade, a coerência, o desprendimento e a simplicidade, superando o individualismo, o consumismo e o utilitarismo".

São muitas as utopias expressas nos tratados. A construção da democracia direta e participativa, a liberdade de expressão, a desconcentração de poder e

a participação das minorias estão sempre presentes nas intenções e desejos dos documentos assinados. A formação da sociedade mundial/global é, talvez, o ponto de chegada: "... Comprometemo-nos a contribuir com entusiasmo para a superação das barreiras artificiais, sejam políticas, religiosas, objetivando a formação da *nação humana universal*" (grifo meu).

Já vimos que uma das características da sociedade mundial é o enfraquecimento das grandes cidades e metrópoles. Como pensar São Paulo, então? A recente pesquisa da ONU divulgada no Brasil no início de maio de 1993 apontou a região metropolitana paulistana como a segunda maior concentração populacional do mundo, logo depois da região de Tóquio. Essa conclusão tem assustado administradores, estudiosos, políticos, empresários, técnicos. O antigo mote dos anos 70, "São Paulo não pode parar", foi substituído pela interrogação: "São Paulo tem solução?"

Mesmo sem fazer futurologia, pode-se prever que São Paulo também viverá o processo de transnacionalização que se observa na economia e na cultura. Existe hoje uma articulação próxima da cidade com outras metrópoles mundiais, seja no plano cultural, político ou econômico. Os meios de comunicação e a informática permitem ao paulistano interagir instantaneamente com todas as grandes cidades mundiais, independentemente do país a que pertence, da língua, regime político, costumes ou tradições. São Paulo deve ser pensada como um reflexo do mundo, assim como ela também se vê refletida em cidades como Nova York, Tóquio, Londres, Milão, etc. Andar pela avenida Paulista difere muito pouco de andar por qualquer grande avenida em qualquer continente.

Daí decorrem algumas questões importantes, das quais citarei apenas duas. Quem administra uma cidade com essas características? É apenas o prefeito com sua equipe? Penso que a cidade transnacionalizada é administrada de outra forma e conta com a participação de vários parceiros internos e externos, alguns mais poderosos que outros, é claro. É ingênuo acreditar que a gestão municipal é atribuição apenas de um indivíduo, mesmo que eleito democraticamente.

Outra questão importante referê-se ao tema deste artigo. São Paulo é um grave problema ecológico no presente. Seus recursos naturais - hídricos, energéticos, climáticos, dentre outros - e seus serviços urbanos - saneamento, saúde, educação, habitação, transporte - estão esgotados ou no limite de suas capacidades. Como tratar essa realidade? O que priorizar? Estas são questões abertas, ainda.

O Tratado sobre a Questão Urbana no Fórum Global assumiu que a miséria nas cidades é resultado do

modelo de desenvolvimento consolidado a partir da II Guerra Mundial, modelo esse voltado para a acumulação do capital e lucro, gerando o empobrecimento das populações e a degradação ambiental. O Tratado criticou o modelo neoliberal por privatizar o espaço, os bens e serviços públicos e propôs os seguintes princípios fundamentais para enfrentar a questão urbana: direito à cidadania; gestão democrática da cidade; função social da cidade e da propriedade; estabelecimento de novo equilíbrio entre cidade e campo.

A utopia aí traduziu-se pela criação de um "novo modelo de desenvolvimento sustentado que tenha como objetivo o bem-estar da humanidade em equilíbrio com a natureza, assentado centralmente nos valores da democracia e da justiça social hoje e para as gerações futuras, sem qualquer discriminação de gênero, econômica, social, política e de crença".

No Tratado dos Povos da América rejeitaram-se o Plano Bush, os ajustes estruturais, o pagamento da dívida externa, as políticas financeiras do FMI e do Banco Mundial. As políticas desses órgãos internacionais, afirmou o Tratado, bem como a implantação do neoliberalismo, foram responsáveis pela "superexploração e contaminação dos recursos naturais, aumento das dívidas externas, incremento na concentração da propriedade da terra e, em geral, a transnacionalização das economias, onde as necessidades básicas das populações têm sido deixadas de lado".

Esse tratado é especialmente claro ao denunciar o modelo de desenvolvimento neoliberal contemporâneo e suas conseqüências trágicas para os povos pobres. O tratado diagnosticou e propôs medidas para os seguintes impasses: ajustes estruturais; livre comércio e integração; dívida externa; dívida ecológica; diversidade cultural. Finalizou afirmando o compromisso entre todas as ONGs de "incrementar a comunicação sobre nossas experiências e informações, desenvolver mecanismos de solidariedade e ações conjuntas e articular entidades na busca de formas descentralizadas de desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo, além de uma democratização profunda de nossas sociedades".

Mas quando se trata de propor modelos econômicos alternativos, as ONGs voltaram ao passado e, com certa nostalgia e ingenuidade, buscaram modelos de organização econômica entre as comunidades indígenas, de base (sem explicitar esse conceito) e rurais, minimizando a força e o poder econômico e político da transnacionalização da economia e os movimentos predominantes da reprodução do capital acumulado.

O Tratado sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento enfatizou o direito das mulheres em

controlar suas escolhas de vida como fundamento de toda e qualquer ação referente ao controle populacional. Aliás, as organizações femininas desempenharam um papel relevante no Fórum Global. Demonstraram alto grau de articulação, organização, profissionalismo e aprofundamento dos temas tratados, surpreendendo outros tantos grupos da sociedade civil participantes do Fórum.

A questão nuclear também foi bastante discutida. No Tratado foram aprovadas 22 moções. Algumas delas são: "Imediata paralisação dos testes com armas atômicas e ressarcimento dos danos provocados às populações e ao meio ambiente, assim como a responsabilização dos Estados no monitoramento, descontaminação e assistência às vítimas de acidentes nucleares; desmonte das armas existentes e paralisação de sua fabricação a nível mundial, assim como o desestímulo à nuclearização das Forças Armadas dos países do Terceiro Mundo; abandono imediato do ciclo do plutônio ou qualquer manipulação desse elemento com fins energéticos ou militares; controle das atividades nucleares pela sociedade civil, incluindo a contabilidade dos empreendimentos, normas de segurança e controle das radiações; criação de uma Agência Internacional de Energias Renováveis; proibição definitiva dos despejos radioativos nos oceanos", etc. As ONGs japonesas lançaram no Fórum Global o Apelo de Hiroshima e Nagasaki, que é uma campanha mundial visando conseguir um bilhão de assinaturas em prol da extinção das armas nucleares.

O Tratado sobre Energia assim colocou o problema energético: "As decisões energéticas têm profundo efeito sobre todo o desenvolvimento social e econômico, sobre a divisão internacional do trabalho, sobre a soberania das nações e até mesmo sobre a geografia do mundo. Empresas e interesses poderosos e largamente irresponsáveis controlam a produção e distribuição de energia, bem como bens e serviços relacionados, sendo culpados por graves problemas sociais e ambientais. Em particular, todas as formas de energia nuclear resultam em perigosas conseqüências ambientais, higiênicas, sociais e militares, sendo assim insustentáveis e inaceitáveis".

O Tratado sobre Energia pleiteou o emprego de recursos financeiros e humanos em programas energéticos alternativos, obedecendo os princípios ético, de equidade, de democratização na tomada de decisões e de desmilitarização.

Para encerrar esses breves comentários sobre alguns tratados internacionais assinados pelas ONGs no Fórum Global, algo deve ser dito sobre a biodiversidade. Esse tema esteve presente durante todo o evento,

nas inúmeras falas, documentos, discussões, reflexões. Esse conceito talvez tenha sido o que mais se politizou, deixando de ser uma noção biológica para se transformar num conceito social, cultural e político.

O documento chamado "Compromisso dos Cidadãos com relação à Biodiversidade" assim definiu a questão: "O conceito de biodiversidade deveria ser uma expressão de vida, o que inclui a variedade de todas as formas de vida e sua organização e inter-relacionamentos do nível molecular ao nível da biosfera, aí incluída a diversidade cultural. A biodiversidade inclui todas as formas de vida e todas as áreas que abrigam as formas de vida naturais e adaptadas (...) rejeitamos o tratamento fragmentado da biodiversidade. Sugerimos também que biodiversidade é um conceito onde ocorre um equilíbrio entre a compreensão espiritual de que a vida é uma e a compreensão científica de que a diversidade da vida é interdependente".

O Tratado enfatizou que a conservação da biodiversidade requer mudanças fundamentais de modelos e práticas de desenvolvimento sócio-econômico e na mentalidade dos indivíduos. E rejeitou categoricamente que a dívida externa seja trocada pela natureza.

A questão ecológica é política, econômica, social e cultural. É complexa, perpassa por várias ciências, é pouco conhecida efetivamente. Possui vários atores individuais e coletivos. É um dos desafios da sociedade global. A questão ecológica pode ser ideológica também, quando aliena, mistifica, parcializa o real. Mas pode ser transformadora, quando busca a essência, o histórico e o lógico, a parte e o todo.

Entre o desafio da sociedade global e o equívoco ecológico

A sociedade global e a questão ecológica permitem várias reflexões e análises. A meu ver, existem mais relações e articulações entre os dois temas do que à primeira vista se poderia supor. Suscitam mais perguntas do que respostas.

As referências positivas feitas aqui ao encontro das organizações ambientalistas no Rio de Janeiro não significam que não haja críticas ao seu trabalho. No interior delas próprias são colocadas muitas dúvidas quanto aos objetivos, metodologia, formas de ação, etc. E as universidades, principalmente no exterior, estão estudando o tema. Aqui no Brasil, tanto o estudo quanto a prática dessas entidades são mais recentes.

Uma primeira questão que se coloca é por que vivemos hoje uma verdadeira explosão de sensibilidade ecológica, entendida como um sentimento e interesse

pela questão ambiental. Já que essa sensibilidade ecológica atinge povos, grupos, classes, etnias, no campo e na cidade, proveniente de nações e raças as mais diversas, poder-se-ia falar em unanimidade? Creio que não, pois as noções, idéias, conceitos do que se entende por natureza estão longe de ser consensuais. Então, o que é que une, aproxima personagens tão diferentes, tornando-os parceiros de uma luta mundial, como vimos no Fórum Global?

É possível pensar que essa sensibilidade ecológica e o desejo de reencontro com a natureza têm a ver com a busca de identidade das sociedades ocidentais, que estão firmemente estruturadas na consolidação do individualismo e na busca do desenvolvimento pessoal. Desde finais dos anos 60 deste século, o movimento de volta à natureza e de contracultura que surgiu na sociedade norte-americana criticava o "gigantismo das coisas, das estruturas industriais, dos mercados mundiais, das cidades, das cadeias financeiras e das instituições públicas e militares" (5).

Falou-se, na época, que havia se rompido o velho pacto entre homem e natureza, já que o todo-poderoso homem contemporâneo prescindia dela. Retorno à natureza significava também volta à natureza do homem. Esse movimento de crítica à sociedade ocidental e de busca de uma nova identidade para ela assumiu as mais variadas formas e feições. Tão variadas que se pode falar em sincretismo ecológico, compreendendo desde o turismo verde, o naturismo, as medicinas alternativas, a alimentação natural, até a formação de um grupo de especialistas, uma tecnocracia verde, dos partidos verdes, enfim, uma nova consciência planetária está se forjando. Esse movimento global também é chamado de "nova era". Há expressões da nova era na música, artes plásticas, arquitetura, dança, etc. Evidentemente, o mercado também aproveitou a "onda ecológica", seu mais novo "marketing".

A ecologia parece se debater entre o pragmatismo, a política e o mercado. Difícil encontrar sua identidade. Assim como o é para o homem ocidental contemporâneo.

No interior desse sincretismo ecológico existem grupos, correntes de pensamento e militantes que pretendem ultrapassar os aspectos puramente hedonistas, individualistas e consumistas desse debate e dessa prática. Na busca de uma consciência planetária, vários integrantes aproximaram-se dos cientistas e suas re-

centes descobertas científicas e tecnológicas. O projeto Gaia, em execução no deserto do Arizona nos Estados Unidos, é resultado de uma dessas aproximações.

Esses grupos e correntes que trabalham pela formação de uma consciência planetária aproximaram-se do filósofo católico francês Teilhard de Chardin. Buscou-se nele uma reatualização do ideal de unidade da humanidade que, segundo o pensador, estaria caminhando para a unificação em um só grupo, compartilhando a mesma consciência ("noosfera"). Afirma Teilhard de Chardin: "Quer queiramos ou não, a humanidade se coletiviza, ela se totaliza sob a influência de forças físicas e espirituais de ordem planetária. Por isso o conflito moderno, no coração de cada homem, entre o elemento sempre mais consciente de seu valor individual e os laços sociais, sempre mais exigentes" (6). Edgar Morin e Mounier são outros pensadores que influenciam certas correntes do ambientalismo.

A consciência planetária mistura concepções místico-esotéricas com conhecimentos científicos da física, química, biologia. Ainda juntam-se elementos da tradição das comunidades rurais e indígenas, tudo isso perpassado pelo individualismo, pela busca de unidade e até por uma renovação política.

A tarefa de buscar identidade à questão ecológica não é fácil. Será que existe identidade? Tem-se a impressão, em alguns momentos, de que seria mais pertinente falar em *equivoco* ecológico em vez de questão ecológica.

As várias compreensões diferentes ou equivocadas da ecologia suscitam tentativas de classificação. De um lado estão os adeptos da *utopia científica* (7), cujos traços indicativos são: uma visão futurista da natureza, ecossistêmica, que exige sempre mais ciência e tecnologia e se casa com o advento da civilização pós-industrial. Nessa utopia busca-se alcançar a artificialização do ser vivo, a mobilidade generalizada dos indivíduos, as manipulações genéticas e os controles ecológicos sobre o espaço (planetário e sideral).

O advento da civilização pós-industrial ou pós-moderna é um avanço para os utopistas científicos, pois com o uso de tecnologias suaves, das redes planetárias de telecomunicações, da aplicação das recentes descobertas das ciências da Terra e da Vida é possível se chegar a construir uma economia mundial respeitadora do meio ambiente. Essa economia propiciaria o desenvolvimento de relações sociais e políticas menos hierárquicas que no passado, onde a convivência e a tolerância fariam desabrochar indivíduos autônomos, libertos enfim do peso do Estado-nação e da camisa-de-força das grandes ideologias. Embora muito ideali-

(5) Theodore Roszak, apud ALPHANDÉRY, P. et alii. *O Equívoco Ecológico. Riscos Políticos*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

(6) Teilhard de Chardin, apud idem, *ibidem*.

(7) Classificação formulada por Pierre Alphanéry et alii, idem, *ibidem*.

zada e equivocada, essa visão está sendo bastante difundida entre os adeptos da pós-modernidade.

Do outro lado está a *utopia restauradora*, cujos elementos são: valorização da tradição, sacralização da natureza, naturalização dos vínculos sociais e rejeição do cosmopolitismo. Essa utopia restauradora poderia encaminhar-se politicamente para nacionalismos autoritários, xenofobia e racismo. Movimentos da extrema direita européia que assumiram a causa ecológica atestam essa possibilidade.

O ressurgimento do desejo de enraizamento, um dos elementos da utopia restauradora, deve ser visto com muitas reservas. Foram o mito do enraizamento e a ligação com a terra, bem como a exaltação do modo de vida camponês e sua "pureza", os elementos constitutivos do nacionalismo do Terceiro Reich e do regime de Vichy. Vários movimentos ambientalistas que militam no mundo rural e nos países do Terceiro Mundo preocupam-se com esse risco. Como fazer do solo, da ligação com a terra e do desejo de enraizamento elementos contemporâneos, é a indagação que fazem a si próprios.

Para encerrar este trabalho, outras tantas questões poderiam ser colocadas como desafios para a sociedade global, diante dos equívocos ecológicos: a vitalidade atual da ecologia responderia à necessidade de se construir novas relações entre a pessoa e o planeta e, mais que isso, novas relações entre os seres humanos?

Não é possível também imaginar a ecologia como um novo paradigma da consciência e da cultura universais, em contraposição à decantada crise moral e política planetária? O recurso à natureza não poderia ser entendido como uma substituição à antiga moral prescritiva e aos projetos políticos globais? A questão ecológica também poderia ser o novo/velho cimento social - lembrando Durkheim -, algo como o suplemento espiritual de uma sociedade de mercado, fragmentada, competitiva, individualista?

Essas são algumas das indagações que os movimentos ecológicos se colocam. Como se vê, todas elas estão entrelaçadas com a sociedade global que, certamente, ainda não possui as respostas para elas.

LEITURAS COMPLEMENTARES

- ACOT, P. *História da Ecologia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.
GUATTARI, F. *As Três Ecologias*. 3ª ed., Campinas, Papirus Ed., 1991.
MOSCOVICI, S. *A Máquina de Fazer Deuses*. Rio de Janeiro, IMAGO Ed., 1990.
ORTIZ, R. *Cultura e Modernidade*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
STENGERS, I. *Quem tem Medo da Ciência?* São Paulo, Siciliano, 1990.
-

leia no próximo número

O AGRÁRIO PAULISTA

- Alicia Ruiz Olalde
Bastiaan Philip Reydon
Dalcio Caron
Francisco Alves
Geraldo Müller
José Carlos Tartaglia
José César Gnaccarini
José Graziano da Silva
José Maria da Silveira
José Sidnei Gonçalves
Maria Aparecida Moraes Silva
Maria Edy Ferreira de Chonchol
Maria Helena Rocha Antuniassi
Maria Luiza Forneck
Maria Regina Paro
Marion Aubrée
Nelson Batista Martin
Oriowaldo Queda
Oswaldo Luiz de Oliveira
Priscila Siqueira
Rodolfo Hoffmann
Sonia Regina Perillo
Valmir José Aranha
Walter Soboll